

# **1 A QUESTÃO DO CONTATO E INTERAÇÃO ENTRE POPULAÇÕES HUMANAS NA ARQUEOLOGIA: UMA SÍNTESE**

## **1.1 Algumas Abordagens Sobre a Questão do Contato Cultural**

O estudo dos processos socioculturais que envolvem questões como a continuidade, a mudança, a variedade e a variabilidade cultural nas sociedades humanas é um dos principais objetivos das disciplinas humanísticas, entre as quais a Arqueologia se inclui.

Embora tais processos envolvam um amplo leque de variáveis e situações, que tornam qualquer tentativa de compreensão e explicação uma tarefa muito complexa e difícil de ser realizada por completo, os mesmos parecem possuir três fontes mais significativas: a) a tradição, que envolve os mecanismos de enculturação, refletindo o conhecimento continuamente reproduzido do "modo tradicional de fazer as coisas" de um determinado grupo humano e que, nesse sentido, tende a ser um fenômeno conservador; b) a adaptação, que envolve as interações entre grupos humanos e o ambiente físico que ocupam e exploram e c) a interação, que envolve o contato e a articulação entre diferentes grupos humanos e seus sistemas socioculturais (BINFORD, 1965; JONES, 1997). É justamente sobre este terceiro fator que tratamos nesta Tese.

A interação entre sistemas socioculturais é um fenômeno universal e certamente deve ter ocorrido, em maior ou menor grau, ao longo de toda a história da humanidade, das

formas mais pacíficas às mais conflituosas, de formas mais ou menos equilibradas àquelas onde as relações foram totalmente diferenciadas, dos bandos de caçadores e coletores paleolíticos, paleoindígenas ou arcaicos à atual “sociedade em rede” globalizada.

Em um artigo escrito em 1961, A. Lesser criticava duramente a noção corrente de "isolamento cultural", afirmando que nenhuma sociedade, em nenhum tempo ou lugar, ficou totalmente em situação de isolamento (LESSER, 1961; 1985). Se casos assim ocorressem de fato, tais estruturas não deveriam ser consideradas como "sociedades", pois o que caracteriza a vida social e a existência de uma sociedade é a interação entre indivíduos e grupos. Tal noção de “isolamento” fez com que, durante muito tempo (e, em certa medida, assim ainda ocorre em muitos estudos de caráter arqueológico), as culturas fossem vistas principalmente em suas particularidades, em sua “pureza” original cristalizada em uma determinada forma, em um determinado tempo e espaço. Ainda que processos de mudança relacionados à migração de populações e à difusão de elementos culturais já fossem há muito percebidos e tiveram uma importância fundamental na elaboração de uma visão mais complexa da cultura, eram vistos quase sempre a partir do seu resultado, o ponto final de um fenômeno que é muito mais complexo e que envolve a interação entre sociedades (CUCHE, 1999).

Se a tradição e a adaptação possuem papéis absolutamente fundamentais nos processos culturais e sociais, não menos significativo é o papel do contato cultural como um dos fatores responsáveis pela cultura e que tem seus reflexos na cultura material, tangível a partir da análise e interpretação arqueológica. Porém, se a consciência da importância dos processos de interação tem proporcionado um relativo avanço na pesquisa arqueológica, em certos países da Europa e da América, incluindo alguns países latino-americanos, estudos sob este enfoque ainda são bastante escassos, para não dizer quase inexistentes, na Arqueologia feita no Brasil. Nesse sentido o presente trabalho busca, ainda

que timidamente, trazer à tona os fenômenos de interação e contato cultural como objeto significativo de estudo arqueológico e, ao mesmo tempo, resgatar sua importância como um fator fundamental na configuração do complexo mosaico cultural pré-histórico do território brasileiro, tendo como palco para tal ensaio o território do atual Estado do Rio Grande do Sul e como atores os portadores das culturas arqueológicas ceramistas que o ocuparam a partir do início da Era Cristã.

Quando falamos em contato cultural, é necessário deixar claro que “culturas” *per se* não entram em contato, mas sim pessoas identificadas com determinados sistemas socioculturais. Uma parte significativa daquilo que chamamos de “cultura” é, sem dúvida, produto da interação entre indivíduos ou grupos e de suas decisões sobre por quê, quando, onde, como, com o quê e com quem interagir. Dessa forma, ao usarmos o termo “contato” deve ser entendido, explicitamente, que falamos do contato entre sociedades humanas.

Se as questões são muitas e bastante complexas, ainda assim nos parece ser uma tarefa exequível, pelo menos em parte, abordá-las sob o ponto de vista arqueológico. Se a Antropologia e a História podem se aproximar de processos sociais através de uma multiplicidade de fontes, entre as quais a cultura material, então a Arqueologia, fundamentada como uma “ciência da cultura material” por meio da elaboração de um complexo *corpus* teórico, metodológico e técnico que visa o estudo das sociedades através de seus vestígios materiais, é uma (senão a) via de acesso fundamental à compreensão e explicação de tais processos e, sem dúvida assim o é para o período pré-histórico. Se aceitarmos que determinados processos sociais (que também são históricos), como o contato cultural, podem se refletir em determinados aspectos da cultura material, então aceitamos que é possível obter algum tipo de resposta às questões acima formuladas a partir do estudo do registro arqueológico. Tal pressuposto é, desde já aceito, fundamental para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado.

Estudos de caráter histórico, antropológico ou arqueológico, envolvendo o contato cultural, já vêm sendo realizados desde longa data. Na Europa, a questão do contato cultural sempre foi importante nas sínteses da pré-história e das histórias regionais. Um dos marcos iniciais do que acabou se chamando "método histórico-cultural", a obra de G. Kossina (KOSSINA, 1911), apesar de seu caráter ideológico negativo (cf. TRIGGER, 1992), propunha uma noção de cultura arqueológica baseada na difusão de traços materiais e das interações entre diferentes culturas. Gordon Childe levou o método histórico-cultural a um maior grau de elaboração ao organizar, no espaço e no tempo, uma vasta quantidade de dados arqueológicos e históricos com base na noção de "cultura arqueológica" e da "migração, difusão e contato" entre sociedades distintas (CHILDE, 1925, 1929, 1942, 1965).

Mais recentemente abordagens diversificadas, envolvendo não só a integração entre dados arqueológicos e etnológicos, mas também lingüísticos e biológicos, foram capazes de construir uma "pré-história continental" europeia na qual os processos de interação entre diversas populações possuem um papel fundamental (RENFREW, 1973, 1979; RENFREW e SHENNAN, 1982; DENNEL, 1985; HODDER, 1990; CHAMPION, GAMBLE, SHENNAN, WHITTLE, 1996 entre outros).

Embora a Arqueologia europeia tenha, nos casos citados acima, se deparado com a questão do contato cultural e desenvolvido, ao longo do tempo, formas elaboradas de explicação histórica desses processos sociais foi nos Estados Unidos, devido à estreita ligação acadêmica entre a Arqueologia e a Antropologia, que algo como uma "teoria do contato cultural" parece ter criado suas bases mais fortes.

A preocupação com questões de contato cultural começa a se tornar evidente, especialmente nos estudos sobre contextos que envolveram as populações coloniais e os

americanos nativos, desde o final do século XIX, onde aparece pela primeira vez o termo “aculturação” (CUCHE, 1999).

Segundo Cusick (1998b), o surgimento da noção de “aculturação” esteve diretamente relacionado com a crescente perspectiva de “integração” de grupos indígenas nativos e populações imigrantes ao recém-formado estado nacional norte-americano, a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, coube a M. Herskovits desenvolver uma perspectiva antropológica mais séria que privilegiasse não somente os resultados, mas essencialmente os processos de contato cultural, o que fez a partir de seus estudos sobre o sincretismo afro-americano (HERSKOVITS, 1937, 1938), inaugurando o que se passou a chamar de uma “teoria da aculturação”. Porém, a aculturação como “teoria do contato cultural” se estrutura de maneira mais sistemática e metodologicamente formalizada com a publicação do *Memorandum for the Study of Acculturation*, em 1936 (REDFIELD, LINTON, HERSKOVITS, 1936).

No *Memorandum*, a aculturação foi definida como um fenômeno, em grande parte, “resultante quando grupos de indivíduos, possuindo diferentes culturas, travam um contínuo contato em primeira mão, acarretando mudanças subseqüentes nos padrões originais **de um ou de ambos os grupos.**” (REDFIELD, LINTON, HERSKOVITS, 1936 apud CUSICK, 1998b, p. 130; grifo nosso).

Três conseqüências dos processos de aculturação foram diagnosticadas: 1) a aceitação ou incorporação da cultura doadora por, pelo menos, parte do sistema receptor, podendo levar à perda total ou parcial de seus aspectos culturais tradicionais; 2) a adaptação da cultura receptora à cultura doadora, levando a um processo de reelaboração cultural e freqüentemente resultando em “sincretismos” e 3) a reação à cultura doadora, rejeitada parcial ou totalmente pela receptora.

Reflexos da teoria da aculturação multiplicaram-se em um grande número de estudos, durante a primeira metade do século XX, especialmente privilegiando as relações entre as sociedades nativas americanas e os colonizadores europeus. Porém, embora sua definição formal deixe claro que a aculturação deveria envolver processos mútuos, multidimensionais, de um modo geral ela foi interpretada como uma via de mão única, na qual uma cultura doadora transmitiria seus “valores” para uma cultura receptora, sendo que o caráter passivo dessa última a levaria a ser assimilada ou absorvida pela primeira. O caráter mútuo das relações era, quase sempre, esquecido; não havia possibilidade de que a cultura receptora pudesse agir ou reagir contra a aculturação iminente. Em outras palavras, somente uma das possíveis “conseqüências” da aculturação era levada em conta; não por acaso mas, certamente, como fruto temporão do pensamento eurocêntrico ainda reinante na América.

Ao longo do tempo, porém, as abordagens de estudo dos processos de contato foram abrindo espaço para uma maior flexibilidade do conceito original de aculturação. Especialmente a partir dos anos 1960, a noção de processos de interação existindo unicamente em uma direção passa a ser fortemente criticada, contestando especialmente a construção ideológica que está por trás dessa visão, ou seja, de que os povos "inferiores" necessariamente desejariam ser assimilados por povos "superiores". Spicer (1971) demonstra que muitos aspectos culturais que são centrais à identidade do grupo receptor resistem à mudança voluntária ou mesmo imposta, permitindo assim um sentido de continuidade histórica que tem como pilar central a etnicidade. Nesse sentido, as reflexões de Barth (1969) sobre etnicidade e fronteiras étnicas certamente tiveram um papel fundamental nessa reavaliação sobre os processos de aculturação.

Cusick (1998b, p. 6-7) considera como referenciais para os atuais estudos sobre contato cultural obras como *When Peoples Meet*, de A. Locke e B. J. Stern (1948),

*Acculturation in Seven American Indian Tribes*, editada por R. Linton (1940), *Perspectives in American Indian Culture Change*, editada por E. Spicer (1961), *Culture and Conquest: America's Spanish Heritage*, de G. Foster (1960) e *Border People*, de O. Martínez (1994).

A importância da obra de Locke e Stern (1948) reside na idéia de que as situações de contato se desenvolvem não por diferenças culturais, mas por conflitos de interesses, gerando competição entre grupos dentro de uma sociedade ou entre sociedades.

Nas obras editadas por Linton (1940) e Spicer (1961) são introduzidas as noções de contato direto e indireto, o primeiro tipo envolvendo a interação entre membros de duas sociedades diferentes com o controle de um grupo sobre o outro, originado pela resistência à mudança por uma das partes; o segundo tipo envolve interações entre diferentes sociedades, sem o controle efetivo por parte de uma delas, estando relacionado a processos de difusão de inovações, incorporação e sincretismo.

A obra de Foster (1960) demonstra que as sociedades receptoras não conformavam sistemas absolutamente passivos, mas possuíam seus próprios critérios e estratégias de “filtragem” daqueles aspectos culturais das sociedades doadoras que mais lhes pareciam vantajosos, adotando ou rejeitando elementos de forma estruturada e reelaborando uma nova ordem cultural na forma de uma “cultura sincrética”. Uma forma mais elaborada desse mesmo enfoque pode ser visto a partir da noção de “transculturação”, como um “termo para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (PRATT, 1999).

Finalmente, Cusick (1998b) considera fundamental o estudo de Martínez (1994) sobre a questão recente da fronteira entre o México e os Estados Unidos, por ter estabelecido a zona fronteira como o palco por excelência para o estudo do contato

cultural. Nesse sentido, o tipo de fronteira pode condicionar o tipo de interação a ser desenvolvida.

Ainda que novas abordagens, mais flexíveis e dinâmicas ao tratar o contato cultural via aculturação, tornam-se cada vez mais usadas, modelos explicativos unidirecionais ainda persistem e continuaram a dirigir, em boa parte, tais estudos. Modelos de contato cultural do tipo "centro-periferia" foram amplamente utilizados ao longo das décadas de 1970 e 1980, independentemente da especificidade do contexto sob análise. Um desses modelos recebeu atenção especial das Ciências Sociais: o modelo de "sistema-mundo" (WALLERSTEIN, 1974, 1980), baseado na explicação das esferas de interação a partir da conformação de redes de interrelações entre unidades geopolíticas distintas de um mesmo sistema político e econômico maior (núcleo, periferia e semi-periferia). Embora este modelo tenha sido pensado em termos da emergência do sistema capitalista mundial, não faltaram tentativas para utilizá-lo em contextos arqueológicos, mesmo aqueles onde não existiram sistemas complexos de poder político e econômico. Porém, mesmo nesses contextos, a teoria do sistema-mundo tem sido amplamente criticada por sustentar que o papel ativo era relegado somente às áreas nucleares, enquanto que as periferias deveriam assistir (e aceitar) passivamente o processo de domínio e exploração.

As abordagens mais recentes da questão do contato cultural percebem cada vez mais este fenômeno como processos que envolvem relações mútuas e multidimensionais, de forma que os sistemas socioculturais envolvidos estabelecem uma rede de interações que é muito mais complexa do que simplesmente a relação doador → receptor (ALEXANDER, 1998). Tal complexidade pode ser vista na variedade de abordagens usadas nestes estudos, especialmente naqueles de caráter arqueológico: há aquelas que percebem o contato como um processo evolutivo, no qual atuará a "seleção" das configurações mais positivas (RAMENOFSKY, 1998; SCHUYLER, 1998); aquelas que o



percebem como um processo histórico de relações entre sociedades de diferentes graus de complexidade (SCHORTMAN e URBAN, 1998); aquelas que enfocam as relações econômicas, como os sistemas de troca e comércio (CURTIN, 1988; STEIN, 1998; DIETLER, 1998); as que analisam o contato dentro dos palcos em que possuem maior evidência e dinamicidade, como as fronteiras (GREEN e PEARLMAN, 1985; RICE, 1998) e as que envolvem relações de poder e dominação (HILL, 1998; SAUNDERS, 1998; PALKA, 1998). Para uma visão mais aprofundada de cada uma dessas abordagens, remetemos o leitor à obra editada por Cusick (1998a).

Como pôde ser visto, os recentes estudos que envolvem o contato entre sistemas socioculturais cada vez mais formulam tal questão em torno de processos de interação que se desenvolvem e se desenrolam entre eles. A noção de aculturação, como um processo unidirecional parece estar, definitivamente, sepultada, embora muitas vezes o termo continue sendo usado, mas agora sob uma outra perspectiva, indicando processos mais complexos. Porém, acreditamos que, dentro dos contextos que estamos estudando, seria mais útil usar o termo e a noção de “interação”, que justamente implica nessa multidimensionalidade dos processos que envolvem o contato cultural.

## **1.2 A Questão do Contato Cultural na Arqueologia Brasileira**

A problemática do contato cultural no Brasil teve, certamente na Antropologia, um foco maior de interesse, especialmente a partir do final dos anos 1960. Nesse sentido, parece ter havido uma certa sintonia entre o desenvolvimento das teorias do contato no Brasil e no exterior. Os anos da década de 1960 marcaram o início de uma ruptura com as abordagens aculturativas clássicas e unidirecionais, até então amplamente difundidas e

utilizadas como fundamental marco teórico para os estudos do contato interétnico, ou seja, entre populações indígenas e entre estas e a sociedade colonial e nacional.

Antes dessa data, no entanto, muitos estudos sobre aculturação entre sociedades indígenas e entre essas e a sociedade nacional já problematizavam as questões que envolvem o contato cultural em uma perspectiva mais aberta, especialmente demonstrando as influências dos sistemas indígenas na conformação de uma “cultura brasileira” ou a reelaboração cultural indígena a partir de elementos oriundos do contato. Entre esses estudos, citamos alguns que são, hoje, clássicos da literatura etnológica, tais como Wagley (1943, 1951, 1955), Watson (1952), Galvão (1957, 1959), Ribeiro (1970), Wagley e Galvão (1961), Schaden (1962) entre outros. Além dos processos de aculturação entre índios e brancos, foram estudadas também as relações entre a sociedade nacional e outros grupos étnicos minoritários, tais como os afro-descendentes, originando obras de extrema importância (FREYRE, 1958; BASTIDE, 1971, 1973). Uma retrospectiva completa do uso do conceito de aculturação na etnologia brasileira, até meados da década de 1960, pode ser encontrado na densa síntese escrita por Schaden (1969).

Certamente, parte dessa produção que focalizava os processos de aculturação estava preocupada em elaborar bases factuais para a construção de uma ideologia da cultura nacional como um crescente processo de integração interétnica que resultava em uma cultura mestiça, tipicamente brasileira. Porém, inegável é o fato de que tal produção levou os estudos do contato cultural a um patamar de grande importância.

Ao final da década de 1960, em sintonia com os desenvolvimentos teóricos mais recentes, especialmente a abordagem social que envolve as noções de etnicidade e identidade étnica (BARTH, 1969), R. Cardoso de Oliveira consolida uma nova fase nos estudos do contato cultural, sob o conceito de “fricção interétnica”, abordando essencialmente as relações de conflito das situações de contato entre as sociedades

indígenas e a sociedade nacional e como as primeiras enfrentam tais situações, ressaltando que esse deve ser considerado um processo contínuo, de longo termo e que deveria ser estudado, preferencialmente, de forma diacrônica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; BRANDÃO, 1986; HILL, 1998).

A "teoria do contato" desenvolvida por R. Cardoso de Oliveira influenciou grande parte da produção antropológica brasileira das décadas de 1970 e 1980. Porém, especialmente a partir da década de 1980, percebe-se uma intensificação dos estudos sobre contato cultural enfocando as interações “entre” sociedades indígenas (os chamados “contatos intertribais”, cf. RAMOS, 1980). Entre variadas abordagens utilizadas, como a econômica e a ecológica, uma que obteve grande alcance foi o estudo do contato intertribal sob a perspectiva da assimetria das relações de poder envolvidas (RAMOS, 1980). Mais recentemente, tem surgido novos estudos sobre as relações intertribais e interétnicas a partir da análise das dimensões simbólicas do contato (p. ex. ALBERT, 1992), enfocando as representações deste processo pelos grupos envolvidos, com a permanência dos enfoques relacionados ao conceito de etnicidade como proposto por F. Barth, trazendo no entanto novas abordagens e novos atores para o palco dos estudos de contato, como os grupos étnicos "imigrantes" e minorias étnicas (alemães, italianos, japoneses, judeus, árabes, afro-descendentes etc) e suas relações entre si e com o Estado Nacional. Uma boa visão de trabalhos realizados neste sentido pode ser encontrada no volume organizado por Barcellos e Jardim (2000).

Se, por um lado, a Antropologia reconheceu e absorveu, na forma de programas e projetos sistemáticos de pesquisa, a importância dos estudos sobre contato cultural, o mesmo não ocorreu com a Arqueologia. Ao longo de quarenta anos de existência de uma

Arqueologia acadêmica formal no Brasil<sup>1</sup>, uma grande quantidade de dados arqueológicos foram acumulados, embora nem todos tenham recebido um tratamento analítico e interpretativo mais aprofundado. Entre esses dados, muitos se referem ou indicam evidências de contato entre os grupos portadores das culturas arqueológicas pré-históricas que foram definidas; logicamente, tais evidências são muito mais abundantes nas áreas que receberam uma maior intensidade de pesquisas, como é o caso da Região Sul do Brasil. Ainda que o objetivo fundamental inicial das pesquisas arqueológicas implementadas em território brasileiro, a partir da década de 1960, tenha sido a caracterização das culturas arqueológicas, especialmente quanto a sua dispersão e ocupação espacial e temporal, as evidências de contato cultural encontradas não foram tomadas como suficientemente importantes a ponto de fomentar a implementação de uma agenda de pesquisa que contemplasse tal problemática de forma mais aprofundada ao contrário do que ocorreu, ao longo do mesmo período, com a pesquisa etnológica, o que parece indicar um certo descompasso entre essas disciplinas para a construção do conhecimento da história indígena no País.

Por outro lado, o fato de não terem sido realizadas pesquisas que enfocassem especificamente a questão da interação sociocultural na pré-história brasileira não significa que as evidências de contato tenham sido ignoradas, mas simplesmente tiveram um interesse limitado, já que o enfoque básico era realmente o de construir um primeiro pilar de conhecimento sobre as culturas arqueológicas, que deveriam ser vistas inicialmente como entidades discretas. Questões relacionadas à interação entre elas deveriam, assim, ser deixadas para um outro momento.

---

<sup>1</sup> Desde a aprovação da Lei 3924, de 1961, que fomentou o surgimento de cursos de qualificação profissional no Brasil (DIAS, 1995).

Porém esse outro momento parece andar, ainda, a passos lentos e de forma bastante tímida. Entre as poucas pesquisas que se preocuparam com a problemática do contato cultural, a maior parte envolve o estudo das relações entre os grupos indígenas nativos e as populações européias no período inicial da conquista e colonização do território brasileiro por aquelas últimas (p. ex., BROCHADO, LAZAROTTO, STEIMETZ, 1969; CHMYZ, 1971; BROCHADO, 1974b; RIBEIRO, 1981; ALBUQUERQUE, 1984; DIAS JR., 2000). Em número muito reduzido foram as pesquisas que procuraram estudar as interações entre as populações portadoras das culturas arqueológicas conhecidas, quase sempre sendo as evidências somente mencionadas de modo breve e pontual ou então apresentadas como um item diluído dentro de sínteses regionais (p. ex., BROCHADO, 1973a e b, 1984; SCHMITZ, 1988, 1991; RIBEIRO, 1991). Raros foram os trabalhos onde o contato cultural teve um enfoque mais central (p. ex. ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

As evidências arqueológicas sobre contato entre populações pré-históricas começaram a surgir efetivamente a partir do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), programa de pesquisa implementado a nível nacional, entre 1965 e 1970 e que é, ainda hoje, a fonte da grande maioria dos dados arqueológicos básicos de que dispomos, junto com pesquisas realizadas independentemente, durante ou após sua existência, mas que adotaram suas direções programáticas básicas. O PRONAPA tinha como principal objetivo produzir "informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de seqüências do desenvolvimento cultural de povos pré-europeus" (EVANS, 1967, p. 9). Tais objetivos pressupõem, em certo sentido, uma preocupação com as interrelações entre as populações pré-coloniais, resultado de seus movimentos migratórios e refletindo-se na difusão de elementos culturais.

Para cada Estado incluído no Programa foi desenhado um grande mapa e nele marcadas as áreas onde a prospecção intensiva e experimental produziria duas espécies de evidências: 1) - dados para a elaboração de uma seqüência do desenvolvimento cultural; e 2) - dados para o conhecimento definitivo das **direções de influências**, migração e difusão. (EVANS, 1967, p. 9; grifo nosso).

O estudo de tais “direções de influências” parece-nos indicar a perspectiva da possível (e esperada) existência de situações de contato entre as populações portadoras das culturas arqueológicas que seriam definidas ao longo do Programa. Logicamente, a base teórico-metodológica do PRONAPA via, nos processos de migração e difusão, os mecanismos fundamentais para explicação da mudança cultural, de modo que as evidências de contato seriam úteis no mapeamento daqueles processos. De fato, a referência ao contato cultural na bibliografia relacionada ao programa é freqüentemente observada, a ponto de que qualquer tipo de registro de elementos relacionados a uma tradição arqueológica em sítios de outra serem tomados como evidência de interação, o que é de certa forma uma conclusão no mínimo precipitada, pois pode ocultar problemas relacionados a processos deposicionais ou pós-deposicionais, como a sobreposição de ocupações ou perturbações na estratigrafia.

A partir da década de 1970 e, principalmente, da década de 1980, um razoável número de programas e projetos de pesquisa arqueológica regional independentes começam a ser implementados, de forma mais intensiva, em várias partes do país. Alguns exemplos podem ser vistos para a região amazônica (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica – PRONAPABA; ROOSEVELT, 1991; SCHAAN, 1997; NEVES, 1998); para a região nordeste (ver síntese em MARTIN, 1996); Goiás (SCHMITZ, BARBOSA, JACOBUS, RIBEIRO, 1990; SCHMITZ, ROSA, BITENCOURT, 2004), Mato Grosso (WÜST, 1990; MIGLIACIO, 2000), Mato Grosso do

Sul (SCHMITZ, ROGGE, BEBER, ROSA, 1998; PEIXOTO, 1995, 2003), São Paulo (sobre o Projeto Paranapanema, ver MORAIS, 1981, 1984; ARAÚJO, 2001; sobre o projeto no vale do rio Ribeira de Iguape, ver DE BLASIS, 1988; ROBRAHN, 1988; BARRETO, 1988), Paraná (CHMYZ, 1971; 1976; 1977) e Santa Catarina (ROHR, 1966, 1969; BECK, 1972; REIS, 1980) entre muitos outros. Em todas estas áreas foram encontradas evidências de contato cultural, o que demonstra a recorrência e a importância desse fenômeno para a compreensão da totalidade do desenvolvimento dos sistemas socioculturais pré-históricos no território brasileiro. No entanto, nenhum estudo com abordagem específica a essa questão foi realizado.

Uma exceção a essa regra, que levou em conta de forma aprofundada a questão da interação entre populações pré-históricas, foi desenvolvido na década de 1990 por E. M. Robrahn-González, na região Centro-Oeste do Brasil. Seu principal objetivo foi

discutir a posição do Brasil Central enquanto área de confluência para deslocamentos diversos relacionados a grupos ceramistas (sejam deslocamentos de informação, objetos e/ou pessoas) oriundos das regiões circunjacentes em período pré-colonial. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 213).

Tal estudo pressupôs "a importância de relações extra-grupais" (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 1), em um processo contínuo de interação que ganharia mais força à medida em que a ocupação efetiva de toda a região fosse ocorrendo. Tais relações teriam desencadeado processos culturais que envolveram praticamente todos os grupos ceramistas arqueologicamente identificados na região consolidando, em alguns casos, a autonomia e em outros, a fusão em novas unidades socioculturais.

Valendo-se de comparações entre diferentes padrões e sistemas de assentamento arqueologicamente observáveis e os padrões de distribuição dos vestígios arqueológicos e de elementos estilísticos cerâmicos, a autora concluiu que ao longo do gradual processo de

expansão dos diferentes sistemas socioculturais, formas distintas de interação ocorreram, deixando como evidência arqueológica sítios “mistos”, que mostram padrões estilísticos mistos, indicando não só fluxo de objetos ou informações, mas de convivência e simbiose entre diferentes grupos. Para ela, diferentemente do que as pesquisas arqueológicas haviam mostrado até então, o Brasil Central representa uma área de confluência para a qual vários grupos convergiram e estabeleceram relações de contato, criando um padrão arqueológico único que caracteriza a história indígena da região até hoje. Entendida como área de confluência, a ocupação da região e o desenvolvimento dos sistemas socioculturais recebem assim um novo sentido dentro do contexto dos processos que envolvem continuidade e mudança:

... diferentes dados permitem inferir que a partir do século X, quando toda a extensão do Brasil Central já se apresentaria principalmente ocupada por grupos ceramistas, os contatos extra-tribais ganhariam um novo significado, desenvolvendo-se com grande intensidade e através de estímulos diversos. Embora as características destas relações certamente apresentem grandes variações no tempo e no espaço, acreditamos que tenham envolvido a ocupação pré-colonial do Brasil Central como um todo, motivando profundos processos locais de mudança cultural, fusões inter-grupais, emergência de novas unidades culturais ou, até mesmo, a confinada manutenção de determinados núcleos originais. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 216).

Atualmente, a mesma autora tem se preocupado com uma arqueologia que se volte ao estudo específico do contato cultural, em áreas que são consideradas como zonas de fronteira de macro-territórios tribais (Guarani, Tupi e Jê do Sul), como o vale do Rio Paranapanema (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003).

Trabalhos desse tipo, envolvendo a interação entre sistemas socioculturais pré-históricos, analisados à luz das evidências arqueológicas, como parte fundamental do processo de ocupação e expansão dos portadores das tradições arqueológicas identificadas, ainda necessitam ser feitos na maior parte do território brasileiro, especialmente naquelas



áreas que já possuem um volume razoável de dados que possibilitou a construção daquele pilar básico referente ao conhecimento espaço-temporal da ocupação regional.

Nesse sentido, o Brasil Meridional, área compreendida pelos três Estados sulinos, é potencialmente favorável ao estudo do contato como um dos fatores responsáveis pela configuração dos padrões arqueológicos e proto-históricos de dispersão e ocupação da região, especialmente com relação aos grupos ceramistas, por serem estes os responsáveis pelos últimos episódios que marcaram tais processos desde, pelo menos, o início da Era Cristã e por possuírem eles indicadores razoavelmente confiáveis (o estilo cerâmico) para inferir processos de interação.

De fato tal potencialidade foi percebida, entre outros, por Brochado (1984), que inclui em seu modelo de dispersão das grandes tradições cerâmicas no leste da América do Sul, considerações a respeito do contato entre elas. No caso do Brasil Meridional, os movimentos de colonização e expansão dos portadores da tradição Tupiguarani (regionalmente, “subtradição Corrugada”; segundo aquele autor, “subtradição Guarani”) pelos vales florestados das bacias dos rios Paraná-Paraguai, Uruguai e Prata e pela costa atlântica contígua acabaram criando situações de contato, em muitas frentes, com os portadores das tradições cerâmicas Taquara, Itararé e Vieira, a medida em que os primeiros avançam através das fronteiras territoriais dos últimos (BROCHADO, 1984, p. 373-380).

### **1.3 O Território Sul-Riograndense Como Área de Estudo do Contato Cultural**

Uma rápida leitura das publicações relacionadas às pesquisas arqueológicas realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, tanto aquelas relacionadas às atividades do PRONAPA quanto as que foram realizadas de forma independente a partir do final dos anos 1960, é capaz de fornecer indicativos de que a questão do contato entre populações

ceramistas pode representar um fértil campo de estudo, até agora pouco explorado de forma sistemática. Em praticamente todas as áreas pesquisadas no Estado apareceram evidências de contato, principalmente entre os portadores das tradições cerâmicas<sup>2</sup>.

Miller (1967) menciona a presença de cerâmica da tradição Taquara em sítios Tupiguarani na encosta nordeste do Planalto, no vale do Rio dos Sinos e, especialmente, na planície litorânea adjacente. Ainda na região nordeste do Estado, mas na parte alta do Planalto, encontramos várias referências de intrusão de elementos cerâmicos Tupiguarani em sítios da tradição Taquara (MILLER, 1971; SCHMITZ, 1958, 1988; SCHMITZ, BASILE BECKER, LA SALVIA, LAZZAROTTO, RIBEIRO, 1988; RIBEIRO, HERBERTS, DIEHL, HOELTZ, BUCHAIM, RIBEIRO, 1994; COPÉ, 1999; COPÉ, SALDANHA, CABRAL, 2002).

Na região noroeste do Estado, incluindo o sudoeste do Estado de Santa Catarina, encontramos informações de sítios Tupiguarani com cerâmica Taquara (ou, em alguns casos, o contrário), nos trabalhos de Schmitz e Basile Becker (1968), Piazza (1969), Miller (1969a) e Basile Becker e Schmitz (1970). Pesquisas posteriores, no município de Itapiranga, SC, forneceram informações mais consistentes sobre tais contatos (DE MASI e ARTUSI, 1985; SCHMITZ, 1988). No oeste do Rio Grande do Sul as informações sobre possíveis contatos são raras (MILLER, 1969B; FERRARI, 1983).

Na região central do Estado, na área do alto e médio Rio Jacuí e na bacia do Vacacaí, encontramos algumas poucas evidências de possíveis contatos, a partir da presença de cerâmica da tradição Taquara em sítios Tupiguarani (BROCHADO, 1969a). Por outro lado, como já foi mencionado anteriormente, Brochado, Lazzarotto e Steinmetz (1969) realizaram um amplo estudo dos contatos entre populações portadoras da tradição

---

<sup>2</sup> O Anexo 1 contém um quadro com as informações retiradas da bibliografia arqueológica sul-riograndense para evidências de contato, organizadas por tradições e fases arqueológicas, suas estimativas cronológicas e a área geográfica de ocorrência.

Tupiguarani e populações de origem européia, no período da instalação das primeiras reduções jesuíticas naquela região. O estudo foi dirigido principalmente pela análise da variação de elementos estilísticos visuais (forma e decoração) na cerâmica de tradição Tupiguarani em comparação com a cerâmica produzida pelos índios Guarani no contexto missionário. Neste estudo, os autores identificaram uma mudança na produção de cerâmica que ia desde aquela típica da tradição arqueológica, passando pela presença de influências européias durante o período reducional até a volta a uma produção tradicional indígena, após o abandono das reduções, em um processo que abrange uma faixa temporal de cerca de cento e quarenta anos.

Mais para leste, na bacia do Rio Pardo, as evidências aumentam consideravelmente. Nessa área, pesquisas realizadas por P. A. M. Ribeiro (RIBEIRO, 1978, 1980, 1983, 1991, 1993; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1977; RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, MARTINS, RIBEIRO, SILVEIRA, 1982) registram vários sítios arqueológicos nos quais há a ocorrência de cerâmica da tradição Tupiguarani junto à da tradição Taquara e, mais raramente, também Vieira. Mesmo considerando que alguns desses casos são explicados, pelos próprios autores, como sobreposição de diferentes ocupações, outros correspondem a evidências claras de contato, inclusive com a produção de uma cerâmica que mistura dois estilos distintos, que Ribeiro chama de “aculturada” (RIBEIRO, 1991, p. 319-320). Em breves comentários sobre os possíveis processos de interação entre os grupos ceramistas, Ribeiro (1991, p. 268, 319) conclui pela existência de um processo de aculturação entre a tradição Tupiguarani e a Taquara naquela área. Em uma revisão do material arqueológico de alguns desses sítios com evidências de contato, embora não mencionando a existência de uma cerâmica “aculturada”, Schmitz, De Masi, Basile Becker, Martin (1987) confirmam a existência de contatos entre aquelas tradições cerâmicas, não somente a partir de relações de trocas mas, em algum momento, de convivência. Na mesma área foram

também estudados, de forma mais intensa, os contatos entre as populações portadoras da tradição Tupiguarani e as populações de origem européia (RIBEIRO, 1981; RIBEIRO, RIBEIRO, SILVEIRA, 1988).

Ao longo da Lagoa dos Patos, em pelo menos duas áreas pesquisadas foram encontradas evidências de contatos, envolvendo especialmente os portadores da tradição Tupiguarani e os da tradição Vieira (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970; NAUE, 1973; BROCHADO, 1974a; SCHMITZ, 1976, 1988; RÜTSCHLLING, 1989; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991). No baixo vale do rio Camaquã, foram realizadas pesquisas arqueológicas que tinham, como um dos objetivos, “estudar o contato entre os grupos meridionais representados nos cerritos e os tupis-guaranis” (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970, p. 507). Nesta região, especialmente na área do Banhado do Colégio, foram encontrados vários sítios que apresentavam uma cerâmica que unia elementos estilísticos tanto de uma como de outra tradição cerâmica, incluindo alguns fragmentos de cerâmica da tradição Taquara. Para os autores, uma parte da cerâmica Vieira mostrava indícios de ser “uma imitação mal feita da cerâmica guarani” (SCHMITZ, RIBEIRO, NAUE, BASILE BECKER, 1970, p. 515). Estudos posteriores confirmam a existência desses contatos e da mescla de elementos estilísticos (RÜTSCHLLING, 1989). Fenômeno semelhante foi percebido, também, na borda meridional da Lagoa dos Patos, no município de Rio Grande, envolvendo os portadores das tradições Tupiguarani e Vieira (NAUE, 1973; SCHMITZ, 1976; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991) e na região de Canguçu (BROCHADO, 1974).

No Litoral Central do Estado, na região de Palmares do Sul, pesquisas recentes forneceram evidências de contato entre os portadores da tradição Tupiguarani e Taquara, em sítios que representam assentamentos de caráter temporário, voltados à exploração

sazonal de recursos marinhos (especialmente moluscos) e das lagoas e matas de restinga (ROGGE, 1997; ROGGE, SCHMITZ, BEBER, ROSA, 1997; ROGGE, 1999).

No extremo sul do Estado, nas regiões compreendidas pelos municípios de Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Jaguarão Santa Vitória do Palmar e Chuí, como também nas áreas uruguaias contíguas (SANTOS, 1965; PRIETO, ALVAREZ, ARBENOIZ, SANTOS, VESIDI, SCHMITZ, BASILE BECKER, NAUE, 1970; COPÉ, 1985; SCHMITZ e BASILE BECKER, 1970; SCHMITZ, NAUE, BASILE BECKER, 1991; SCHMITZ, GIRELLI, ROSA, 1997), raras são as informações relacionadas a evidências de contato cultural pré-histórico. Muitos sítios relacionados à tradição Vieira são encontrados nessas áreas, assim como alguns poucos sítios da tradição Tupiguarani. Porém, não parecem ser freqüentes os contextos arqueológicos com evidências de contato, com exceção da área uruguaia da Lagoa Mirim e dos banhados do Departamento de Rocha (PRIETO, ALVAREZ, ARBENOIZ, SANTOS, VESIDI, SCHMITZ, BASILE BECKER, NAUE, 1970; CABRERA PÉREZ, 2001).